

GRUPIARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.898.197/0001-04

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 acompanhadas das Notas Explicativas. A Diretoria está à disposição dos senhores acionistas para as informações que julgarem necessárias. São Paulo, 30 de março de 2022.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021 2020
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	20.800	23.285	Obrigações tributárias	297 132
Total do ativo circulante	20.800	23.285	Dividendos a pagar (Nota 8, e)	7.923 4.581
			Total do passivo	8.220 4.713
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 8)	
Créditos fiscais a compensar (Nota 6)	1.321	1.181	Capital social	232.649 232.649
Investimento (Nota 7)	334.947	324.285	Reserva de capital	81.665 81.665
Total do ativo não circulante	336.268	325.466	Reservas de lucros	34.534 29.724
Total do ativo	357.068	348.751	Total do patrimônio líquido	348.848 344.038
			Total do passivo e patrimônio líquido	357.068 348.751

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais					
	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Legal	Investimentos	
Em 31 de dezembro de 2019	232.649	81.665	11.163	28.938	354.415
Lucro do exercício	-	-	-	-	18.325
Dividendos pagos (Nota 8, e)	-	-	-	(24.121)	(24.121)
Dividendos a pagar (Nota 8, e)	-	-	-	(4.581)	(4.581)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	13.744	(13.744)
Reversão reserva legal (Nota 8, c)	-	-	(396)	396	-
Em 31 de dezembro de 2020	232.649	81.665	10.767	18.957	344.038
Lucro do exercício	-	-	-	-	31.690
Dividendos pagos (Nota 8, e)	-	-	-	(18.957)	(18.957)
Dividendos a pagar (Nota 8, e)	-	-	-	(7.923)	(7.923)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	23.767	(23.767)
Em 31 de dezembro de 2021	232.649	81.665	10.767	23.767	348.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021	
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	

1 Informações gerais: A Grupiara Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 17 de junho de 2004 e suas atividades compreendem: administração de bens próprios ou de terceiros e participação em outra sociedade, empresarial ou simples, como sócia ou acionista. A Companhia tem como principal controlador a Reynolds Metals Company LLC (Estados Unidos), uma subsidiária integral da Alcoa Corporation (Estados Unidos). A Companhia, em conjunto com as sociedades ligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos gerenciais e operacionais. Durante o ano de 2006, a Alcoa Inc. e suas controladas e coligadas ("Grupo Alcoa") aprovaram um plano de reestruturação societária no Brasil, com o objetivo de prover recursos necessários para a expansão das operações do Grupo Alcoa no Brasil. Em consequência dessa reestruturação, a Companhia subscreviu e integrou em, 8 de janeiro de 2007, o montante de R\$ 124.077, equivalente a 18.865.494 ações ordinárias nominativas representativas de 60% do capital social da Omnia Minérios S.A. ("Omnia"). Em 16 de janeiro de 2007, a Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil") ingressou na Omnia através da emissão de novas ações garantindo a participação de 75%; desta e diluindo a participação da Companhia de 60% para 15% do capital votante. Em 1º de dezembro de 2008, a AWA Brasil incorporou as Companhias Omnia Minérios S.A. e Abalco S.A. através da emissão de novas ações que foram integralmente atribuídas às sócias ingressantes na proporção de suas participações no capital da Abalco e da Omnia, conforme o caso. Como resultado dessa incorporação, a Grupiara Participações S.A. passou a participar com 5,318% do total de capital social da AWA Brasil. Em 2021 a administração da AWA Brasil decidiu por realizar uma redução de capital, uma vez que esta já apresenta uma operação estabilizada e vem acumulando caixa ao longo destes anos. A redução de capital totalizou R\$ 340.100 (2020 - R\$ 461.542) na AWA Brasil e a Grupiara recebeu R\$ 18.087 (2020 - R\$ 24.545) em seu caixa referente à participação do seu investimento na AWA Brasil (5,318%). Em linha com o que tem sido divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia de anos anteriores, a Alcoa Corporation, controladora global da Companhia, apresentou a intenção de trabalhar durante o ano de 2022 em um plano de reestruturação societária na região, de forma a simplificar tais participações na Companhia. Desse modo, de forma preliminar, uma das alternativas apresentadas seria a extinção da Companhia, e consequentemente a concentração das participações societárias em sua coligada Alcoa Alumínio S.A, sendo esta última a principal empresa do Grupo Alcoa no Brasil. **1.1 Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022. **1.2 Impactos da COVID-19:** Desde a identificação dos primeiros casos de COVID-19 no Brasil, a Administração da Companhia ("Grupo Alcoa"), determinou a criação de um comitê de crise, o qual ficou responsável pela definição, implementação e acompanhamento das medidas de prevenção necessárias a evitar a propagação do vírus em suas operações. Nesse contexto, as medidas de prevenção adotadas se mostraram efetivas e em nenhum momento houve paralisação de suas atividades produtivas, bem assim não foram experimentadas oscilações relevantes nas cadeias de suprimento. Entre as medidas adotadas pelo comitê de crise, destacamos a realização de testes, a adoção do trabalho a distância para os profissionais elegíveis, bem como atenção especial aos profissionais incluídos nos grupos de risco. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos e outros possíveis desdobramentos nos Países em que o Grupo atua. A Administração permanece monitorando a evolução da pandemia, bem como a eficácia das medidas de prevenção adotadas, sem identificação de impactos relevantes no processo. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Pronunciamentos emitidos que foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:** Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros" - reforma do *benchmark* da taxa de juros. A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: • Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior, sendo assim a companhia avaliou que não foram identificados impactos. • Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de sua investida, sendo também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.4 Ativos financeiros: (a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um

modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía apenas instrumentos financeiros ativos classificados ao custo amortizado. **(b) Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(c) Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **(d) Instrumentos patrimoniais:** A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/ (perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. **(e) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **(f) Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais existe influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio apurado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada, quando aplicável. A análise sobre eventual necessidade de registro de *impairment* sobre o ágio é efetuada anualmente. A Companhia entende e considera que a influência significativa é exercida pelo Grupo Alcoa no Brasil, controlador final da Companhia, e, por este motivo, o investimento da Companhia na AWA Brasil é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. A participação nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua coligada são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da coligada são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.5 Provisões:** As provisões, quando aplicáveis, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, quando aplicável. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, que impactam a coligada AWA Brasil, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Tais estimativas podem divergir das premissas adotadas pela administração, sobretudo em função de flutuações relativas a variáveis macroeconômicas não controláveis. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são: (a) provisões para contingências; (b) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; (c) impacto de *impairment* nos investimentos e no ativo imobilizado; (d) provisão para gastos ambientais; (e) revisão de vida útil do ativo imobilizado; (f) ajuste a valor presente do PIS, COFINS e ICMS sobre ativo imobilizado; **4 Gestão de risco financeiro:** As atividades da coligada da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Alcoa no Brasil, segundo as políticas aprovadas pela matriz. A tesouraria central do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

5 Caixa e equivalentes de caixa:	2021	2020
Conta corrente	1	8
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	20.799	23.277
	20.800	23.285

Em 31 de dezembro, os títulos correspondem a certificados de depósitos bancários pós-fixados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado. Os certificados de depósitos bancários foram remunerados em 2021 à base média de 100.2% do CDI (99.7% em 2020). **6 Créditos fiscais a compensar:**

	2021	2020
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.321	1.181
	1.321	1.181

Demonstração do Resultado			
Exercícios Findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado			
Demonstração do resultado do exercício	2021	2020	
Participação nos lucros de investida (Nota 7)	31.043	17.998	
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais, líquidas	(68)	(98)	
Lucro operacional	30.975	17.900	
Resultado financeiro (Nota 9)	1.012	557	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.987	18.457	
Imposto de renda e contribuição social	(297)	(132)	
Lucro líquido do exercício	31.690	18.325	
Ações no fim do exercício em milhares (Nota 8)	13.167	13.167	
Lucro por ação - R\$	2,41	1,39	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Em milhares de reais, exceto quando indicado			
Demonstração do resultado abrangente	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	31.690	18.325	
	31.690	18.325	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Exercícios Findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais			
	2021	2020	

Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social			
	31.987	18.457	
Ajustes			
Participação nos lucros de investida (Nota 7)	(31.044)	(17.998)	
Aumento nos ativos e passivos			
Créditos fiscais a compensar (Nota 6)	(140)	(4)	
Obrigações tributárias	(132)	(195)	
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	671	260	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos (Nota 7)	2.295	-	
Redução de capital na investida (Nota 7)	18.087	24.545	
Caixa líquido obtido nas atividades de investimento	20.382	24.545	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos (Nota 8, e)	(23.538)	(26.000)	
Redução do caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	23.285	24.480	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	20.800	23.285	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

7 Investimentos: (a) Participação em sociedade coligada:			
	2021	2020	
Em 1º de janeiro	324.285	330.832	
Redução de capital em coligada	(18.087)	(24.545)	
Participação nos lucros de coligada (i)	31.044	17.998	
Dividendos recebidos	(2.295)	-	
Em 31 de dezembro	334.947	324.285	
(i) Resultado de equivalência patrimonial apurado considerando a participação da Companhia de 5,318% sobre o lucro líquido da AWA Brasil de R\$ 583.743 (2020 - lucro de R\$ 338.424). A seguir a participação da Companhia nos resultados da coligada de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:			

Percentual de						
Nome	País	Ativo	Passivo	Receita	Lucro	participação
2021						
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	357.343	46.426	165.493	31.044	5,318%
2020						
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	Brasil	338.847	39.118	140.804	17.998	5,318%
Em dezembro de 2018, a AWA Brasil realizou o registro de ajuste a valor recuperável de ativo (<i>Impairment</i>) sobre créditos tributários de ICMS do estado do Maranhão, dada a ausência de perspectiva de utilização dos referidos créditos de ICMS identificada naquele momento. Tal metodologia remanesce, e os valores de ajustes complementares continuam sendo atualizados e registrados mensalmente. Em setembro de 2021, a Alcoa Corporation (controladora da Companhia) anunciou mudanças estratégicas operacionais em uma de suas outras entidades, em São Luis no Maranhão. Tal iniciativa, aliada a planejamentos estratégicos futuros entre as entidades do Grupo Alcoa no Brasil, poderiam apresentar opções e alternativas para compensação dos respectivos créditos tributários de ICMS na AWA Brasil. (b) Projetos Mina de Juruti e Expansão da Refinaria (linha 2 Alumar) - AWA Brasil: A AWA Brasil foi constituída com o objetivo de coordenar as atividades relacionadas com os projetos de expansão do Grupo Alcoa no Brasil (Nota 1) e é membro do Consórcio Alumar ("Alumar"), do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina. A contabilização das participações da AWA Brasil no consórcio incorpora as contas de ativo, passivo e resultado, proporcionalmente à respectiva participação detida no empreendimento e os respectivos custos de aquisição, conforme estipulados nos contratos. A concepção inicial do Projeto Integrado e a sua respectiva aprovação pelo Conselho de Administração da Alcoa Inc., à época, contemplou três fases distintas, sendo que a primeira fase do projeto iniciou as suas operações a partir de 2009, com a previsão inicial de alcançar a sua capacidade total de produção em 2010. No entanto, em 2010 ocorreram incidentes nas operações de expansão da refinaria da Alumar com impacto desfavorável na produção de alumina. Estes incidentes prorrogaram o prazo para atingir 100% de sua capacidade produtiva para 2011. A bauxita utilizada como matéria-prima na nova linha de produção da refinaria é proveniente das minas de bauxita de Juruti. O investimento nas minas de Juruti na primeira fase do projeto é suficiente para fornecer a bauxita necessária para a expansão da refinaria da Alumar. O investimento em Juruti é uma iniciativa estratégica para permitir que o Grupo Alcoa equilibre mundialmente sua oferta atual e projetada de bauxita. O investimento inicial contemplou, entre outros, a construção da infraestrutura em porto e ferrovia. Futuras expansões na estrutura da mina permitirão o aumento de extração em Juruti em até quatro vezes a capacidade prevista ao final da conclusão da primeira fase do Projeto Integrado. Em 31 de dezembro de 2021, a investida AWA Brasil possuía lucros acumulados de R\$ 483.010 (em 31/12/2020 lucro de R\$ 44.154). Este resultado corrobora o retorno dos altos investimentos realizados nos últimos anos, com aumento de volume de produção bem como substanciais melhorias relacionadas à produtividade das operações. 8 Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2021 é composto por 13.167.198 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia é controlada pela Reynolds Metals Company LLC que possui 97,702%, e pela Reynolds Metals Exploration Inc. que possui 2,298% do capital social da Grupiara Participações S.A., sendo a controladora final destas companhias a Alcoa Corporation. (b) Reserva de capital: A reserva de capital é constituída por valores decorrentes de transações entre acionistas da Companhia, as quais não afetaram o resultado da Companhia, ou seja, que não transitam pela sua Demonstração de Resultado. A referida reserva pode ser utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. (c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Considerando que, em 2019 a constituição de reserva legal para a Companhia já se mostrava desnecessária de acordo com o artigo 193 §1º da Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 (reservas superavam 30% do Capital Social). Desse modo, durante o ano de 2020 a Administração da Companhia identificou que a reserva legal que havia sido registrada em 2019 no valor de R\$ 396 seria desnecessária, sendo assim, decidiu pela reversão desta última constituição, conforme deliberação em Assembleia (reversão de R\$396 em 2020). Durante o ano de 2021 a Administração da Companhia decidiu por não mais constituir valores ao saldo da reserva legal, pelos mesmos motivos já apresentados (no parágrafo anterior). (d) Reserva de lucro para investimento: A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a qual tem por finalidade atender as necessidades e destinações futuras da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo desta reserva de investimento permanece à disposição da Administração da Companhia, e sua destinação será objeto de deliberação em Assembleia. Adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos. (e) Dividendos propostos: A Companhia aprovou e distribuiu pagamento de dividendos aos acionistas durante o exercício de 2021 no total de R\$ 23.538 (R\$ 26.000 em 2020), referente ao montante da reserva para investimento em 31 de dezembro de 2020. A distribuição ocorreu proporcionalmente ao percentual de participação dos sócios, sendo R\$22.997 (R\$25.403 em 2020) para Reynolds Metals Company LLC e R\$ 541 (R\$ 597 em 2020) para a Reynolds Metals Exploration Inc. Referente ao exercício de 2021 foram propostos e provisionados o montante de R\$ 7.923 que se referem aos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% sobre o lucro líquido. 9 Resultado financeiro:						

	2021	2020
Receitas financeiras - aplicações financeiras	976	531
Outros	36	26
	1.012	557

Contador	
Celso Ricardo Baccini - CRC n° 1SP-232884/O-3	

Aos Administradores e Acionistas Grupiara Participações S.A. - **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Grupiara Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupiara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota 7 às demonstrações financeiras, a investida Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil") registrou, em 2018, provisão para perda (*impairment*) da totalidade de seus créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado do Maranhão. O anúncio da retomada da produção de alumínio em na unidade de São Luís do Maranhão traz novos elementos frente à eventual realização destes créditos tributários. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que, na data do balanço, se houver alguma indicação de que a perda reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa não mais existir ou ter diminuído, a análise deve estimar o valor recuperável desse ativo. Devido à ausência da análise de recuperabilidade de tais créditos tributários, não nos foi possível concluir quanto à adequação da provisão para perda dos referidos ativos que, em 31 de dezembro de 2021, totaliza R\$ 21.216 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas nor-

mas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas